BRZ ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 26.583.246/0001-27 - NIRE 31300116107

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Contextualização Prévia

O objetivo do presente relatório é servir com transparência aos acionistas da BRZ ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A ("BRZ" e/ou "Companhia"), demonstrando como a administração atuou, no exercício de 2021 para assegurar a continuidade do negócio no alcance dos melhores resultados para a Companhia.

Os anos 2020 a 2021 foram marcados por uma pandemia de classe global sem precedentes e por inúmeras inundações de ativos do portfólio da Companhia.

2. Ações inerentes à abstenção de opinião das Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2021 bem como seus reflexos na Companhia

Acerca das recomendações da Auditoria Externa inerentes as Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, o Conselho de Administração deliberou pela contratação da Auditoria Externa Baker Tilly para executar auditoria de Procedimentos Previamente Acordados (PPA) com o objetivo de avaliar e atender as recomendações indicadas.

Para realização dos procedimentos da Auditoria Externa no âmbito do PPA, a Administração solicitou aos acionistas da Companhia que enviassem os comprovantes das transações financeiras inerentes aos aportes de capital, adiantamentos para futuro aumento de capital e mútuos, realizados na BRZ e suas controladas no período de 2011 a 2018 diretamente para a Auditoria Externa, bem como os comprovantes de compras e vendas de ações realizadas no período quando aplicável.

O relatório de Procedimentos Previamente Acordados (PPA) foi emitido com constatações que estão descritas nas Notas Explicativas do Relatório de Opinião do referido exercício, dentre elas:

(i) Ausência de comprovação financeira nos aportes de capital;

(ii) Ausência de comprovação financeira nos aportes referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital na controlada Alegre Energia;

(iii) Devoluções de recursos financeiros (AFAC) sem a devida autorização através da controlada Alegre Energia;

(iv) Transações contábeis entre partes relacionadas sem comprovações financeiras na controlada Alegre Energia;

(v) Movimentação de recursos financeiros entre partes relacionadas sem a devida autorização na controlada Alegre Energia;

Conforme destacado pela Auditoria Externa, a não apresentação das documentações e comprovantes financeiros dos aportes de capital das sociedades Controladas desqualifica o processo de reestruturação societária da Companhia, evidenciando possíveis erros e fraudes durante a sua classificação, identificação e contabilização dos efeitos patrimoniais da Companhia, além de poder gerar questionamentos dos Acionistas e dos órgãos fiscalizadores.

Assim sendo, a recomendação da Auditoria Externa, diante desse contexto, foi que a Administração da Companhia, mais uma vez solicitasse aos Acionistas faltantes, toda a documentação comprobatória que suportaram os registros contábeis do Patrimônio Líquido das sociedades Controladas e da Controladora e que caso não fossem fornecidos os registros do capital social acompanhados dos comprovantes financeiros dos aportes, estes deveriam ser desqualificados para que as demonstrações financeiras pudessem refletir o efetivo valor do capital social de cada uma das sociedades, para os devidos efeitos societários.

Assim, o Conselho de Administração, por maioria, recomendou que fossem autorizadas as providências e a prática dos atos contábeis necessários à correção de todas as irregularidades apuradas e relacionadas pela Auditoria a fim de o balanço e as demonstrações financeiras espelharem fidedignamente a realidade patrimonial da empresa perante si mesma, os acionistas e os terceiros que com ela se relacionam, submetendo-os à deliberação da Assembleia Geral.

Neste sentido, a Administração registrou em 01 de janeiro de 2019 estimativas contábeis em contas de compensação como ativos e provisões contábeis não contingentes, como forma de demonstrar os valores de capital não comprovados que serviram de base para a integralização de capital ocorrida em agosto de 2018. A Administração revisa de forma contínua as estimativas registradas, apoiada nas tratativas jurídicas e eventos societários subsequentes ao exercício de 2021.

Isso tornou o refazimento das demonstrações financeiras extremamente desafiador, complexo e extenso, requerendo trabalho minucioso, abrangente e rigoroso. Sendo que buscamos, em todas as etapas do refazimento, adotar as melhores práticas, mesmo ainda tendo muito o que ajustar para que a Companhia tenha efetivamente reflexo verdadeiro de sua posição patrimonial.

Na sequência, temos listado, pela Auditoria Externa Mattoso Auditores Independentes & Associados, no exercício de 2021 as mesmas constatações que a Auditoria Externa Baker Tilly Brasil constatou nos exercícios de 2018 e 2019, bem como das constatações do PPA, realizado pela Auditoria Baker Tilly Brasil inerente ao exercício de 2018, sendo que a Companhia é a maior interessada na solução e correção de suas irregularidades constatadas.

(i) Deficiência de controles dos ativos que compõem o Imobilizado das empresas Controladas

Conforme apresentado pela Auditoria Externa, corroborando com o exposto pela Auditoria Externa Baker Tilly Brasil referente aos exercícios de 2018 e 2019, há deficiências de controles dos ativos das empresas controladas, que afetam a existência e a totalidade dos saldos da referida rubrica em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Inadequado método de remuneração de capital social quando aportado

De acordo com a Auditoria Externa, corroborando com o exposto pela Auditoria Externa Baker Tilly Brasil referente aos exercícios de 2018 e 2019, o método de correção monetária constante nas Demonstrações Financeiras de 2021 não está em conformidade com as práticas contábeis e com os dispostos da Lei 9.249/95.

(iii) Ausência de evidências que comprovam as transações financeiras e aportes de recursos nas modalidades de integralização de capital e adiantamento para futuro aumento de capital nas empresas controladas

Conforme apresentado pela Auditoria Externa, há registros contábeis nas Demonstrações Financeiras da Companhia que contemplam saldos de débitos e créditos com partes relacionadas reconhecidos pela Administração no Balanço Patrimonial que necessitam ser comprovados por seus Acionistas, que montam o valor de R$ 1.247.036,00 e R$ 10.928.070,00.

Desde então, a Administração da Companhia, assim como o Conselho de Administração e Assembleia, vem trabalhando exaustivamente para resolver todas as circunstâncias apuradas, a fim de que, o patrimônio das Sociedades Controladas e Controladora reflita, fidedignamente, sua realidade patrimonial, perante a si mesma, a seus Acionistas, Administradores e aos terceiros que com ela se relacionam.

3. Resultados da Companhia de 2021

A Companhia, já consolidada como um dos grandes e maiores players do mercado de geração distribuída, atestou e consolidou seu crescimento robusto através dos resultados financeiros alcançados, mesmo diante de uma pandemia global que se iniciou em março de 2020 e com as inúmeras inundações de seus ativos.

Dados Financeiros Consolidados (Em R$)	31/12/2020	31/12/2021	Variação 2020-2021 (%)
Receita Bruta Geração Distribuída	9.078.385	11.270.097	24,14%
Receita Bruta Mercado Livre	2.012.774	2.412.670	19,87%
Receita Bruta Total	**11.091.160**	**13.682.768**	**23,37%**
Receita Líquida Total	10.282.839	12.755.777	24,05%
Custos e Despesas Operacionais	3.399.617	3.684.484	8,38%
EBTIDA	**6.883.222**	**9.071.292**	**31,79%**
Margem EBTIDA	**66,94%**	**71,12%**	**6,24%**
Lucro Líquido Controladas	3.754.485	6.902.965	83,86%
Lucro Líquido Controladora	2.292.412	5.212.218	127,37%

A Receita Bruta do ano de 2021 alcançou o montante de R$ 13.682.768,00, o que representou aumento de 23,37% se comparado ao ano de 2020. No mesmo caminho, o EBTIDA avançou 31,79% quando comparado ao exercício de 2020, alcançando o valor de R$ 9.071.292,00.

O endividamento, ante o saldo devedor de R$ 9.123.864,00 ao final do ano de 2020, encerrou o ano de 2021 no montante de R$ 7.569.387,00.

Os referidos resultados foram expressivos, considerando o difícil período enfrentado no exercício de 2021 ocasionados por uma pandemia global e pela inundação total da CGH Faria Lemos e CGH Santana em 2020, bem como pela inundação parcial da CGH Divino.

(iv) Auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2021

Assim como ocorrido na auditoria das Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2018, 2019 e 2020, a nova Auditoria Externa também se absteve da emissão de opinião sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2021, devido à relevância das circunstâncias apontadas no relatório de opinião do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e no PPA, que permanecem em busca de serem equacionados pela Companhia.

(v) Política de Distribuição de Dividendos

A política de distribuição de dividendos é a norma interna que estabelece os princípios, diretrizes e as regras gerais para apuração do valor e do percentual de lucro a ser distribuído aos Acionistas da Companhia. Na BRZ, essa política foi definida nos Artigos 17º a 20º do Estatuto Social, conforme transcrito adiante:

Art. 17- O exercício social coincidirá com o ano civil, levantando-se a 31 de dezembro de cada ano o balanço geral e as respectivas demonstrações financeiras exigidas por lei.

17.1 - Por decisão do Conselho de Administração, a companhia poderá ter relatórios financeiros intermediários preparados com propósitos fiscais ou para eventual distribuição de dividendos intermediários, podendo haver, inclusive, pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas.

Art. 18 - Do lucro líquido apurado na demonstração de resultado do exercício e definido pelo art. 191 da Lei n. 6.404/76, aplicar-se-ão compulsoriamente: (I) 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, observando-se o disposto no Capítulo XVI da Lei n. 6.404/76, (II) 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, na proporção das ações por eles detidas, e (III) o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, podendo ser distribuído entre os acionistas ou mantido, contabilmente, em conta de lucros ou prejuízos acumulados para futuras destinações ou compensações em resultados futuros.

Art. 19 - O dividendo mínimo obrigatório poderá deixar de ser distribuído quando a Assembleia Geral deliberar, sem oposição de qualquer dos acionistas presentes, a distribuição de dividendos em percentual inferior aos referidos 25% (vinte e cinco por cento) ou a retenção integral do lucro.

19.1 - O dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia.

Art. 20 - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da companhia.

(vi) Mensagem final da Administração

A administração da BRZ reforça e reitera com grande entusiasmo o crescimento do negócio, sua consistente e saudável continuidade, bem como reitera os esforços até aqui praticados para a melhoria contínua das operações, adicionando valor e crescimento sustentável, balizado em resultados consolidados com superações ano a ano.

Cumpre informar que em decorrência dos resultados da auditoria realizada pela Baker Tilly em 2019 e pela auditoria realizada pela Mattoso Auditores Independentes referente ao exercício de 2021 a BRZ vem, continuamente adotando inúmeros procedimentos de controles internos, visando transparência das informações, segurança e qualidade de dados para que reflitam a sua exatidão patrimonial face às suas operações.

Belo Horizonte, 25 de março de 2025.

Rômulo Alvarenga
Diretor

Alexandre Soares dos Santos
Diretor

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em R$)

ATIVO	Notas Explicativas	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	257.989	285.098	5.242.928	2.071.945
Contas a receber	5	-	-	2.275.509	2.116.501
Partes relacionadas	6	251.026	664.512	10.496	14.881
Despesas antecipadas		1.578	-	168.883	149.990
Tributos a recuperar		787	785	19.145	23.175
Outros ativos		14	12	37.381	31.285
		511.394	**950.408**	**7.754.342**	**4.407.777**
Não circulante					
Investimentos	8	63.970.103	59.381.137	-	-
Projetos em andamento	9	366.492	366.492	366.492	366.492
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	10	7.658.001	6.684.801	7.658.001	6.684.801
Créditos com partes relacionadas	7	5.110.725	5.110.725	2.492.029	5.162.066
		77.105.321	**71.543.156**	**10.516.522**	**12.213.359**
Imobilizado	11	49.343	60.366	72.667.630	72.990.672
Intangível	12	27.397	23.525	27.397	23.525
		76.740	**83.891**	**72.695.027**	**73.014.197**
Total do ativo		**77.693.455**	**72.577.454**	**90.965.891**	**89.635.333**

PASSIVO	Notas Explicativas	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	349.727	601.923
Fornecedores	14	2.415	8.038	742.210	799.708
Partes relacionadas	6	3.512.990	3.609.900	-	-
Obrigações tributárias	15	7.155	4.712	653.451	589.032
Obrigações sociais		84.076	87.289	84.076	87.289
Outras exigibilidades		7.805	388	2.589.254	3.222.976
		3.614.441	**3.710.327**	**4.418.718**	**5.300.928**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	7.219.660	8.521.941
Adiantamento p/ futuro aumento de capital		6.196.320	6.196.320	13.854.321	15.550.488
Débitos com partes relacionadas	7	2.669.367	2.669.367	-	670
		8.865.687	**8.865.687**	**21.073.981**	**24.073.100**
		12.480.128	**12.576.014**	**25.492.699**	**29.374.028**
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	48.952.676	48.952.676	48.952.676	48.952.676
Reserva de lucros	16.2	16.260.651	11.048.764	16.260.651	11.048.764
Atribuível à controladora		65.213.327	60.001.440	65.213.327	60.001.440
Participação de não controladores		-	-	259.865	259.865
Total do patrimônio líquido		**65.213.327**	**60.001.440**	**65.473.192**	**60.261.305**
Total do passivo e patrimônio líquido		**77.693.455**	**72.577.454**	**90.965.891**	**89.635.333**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em R$)

Composição	Atribuível aos acionistas controladores: Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total Controladores	Participação de Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018 Reapresentado	**48.952.676**	**3.496.216**	**-**	**52.448.892**	**827.297**	**53.276.189**
Resultado do exercício	-	-	4.836.092	4.836.092	-	4.836.092
Ajustes reflexo resultado	-	292.966	-	292.966	259.865	552.831
Constituição de reservas de lucros	-	4.836.092	(4.836.092)	-	-	-
Reversão participação dos não controladores	-	-	-	-	(827.297)	(827.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**48.952.676**	**8.625.274**	**-**	**57.577.950**	**259.865**	**57.837.815**
Resultado do exercício	-	-	2.292.412	2.292.412	-	2.292.412
Ajustes reflexo resultado	-	131.078	-	131.078	-	131.078
Constituição de reservas de lucros	-	2.292.412	(2.292.412)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**48.952.676**	**11.048.764**	**-**	**60.001.440**	**259.865**	**60.261.305**
Resultado do exercício	-	-	5.212.218	5.212.218	-	5.212.218
Ajustes reflexo resultado	-	(331)	-	(331)	-	(331)
Constituição de reservas de lucros	-	5.212.218	(5.212.218)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**48.952.676**	**16.260.651**	**-**	**65.213.327**	**259.865**	**65.473.192**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em R$)

	Notas Explicativas	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita operacional líquida	17	-	-	12.755.777	10.282.839
Custos operacionais	18	-	-	(4.500.641)	(4.714.162)
RESULTADO BRUTO		**-**	**-**	**8.255.136**	**5.568.678**
Despesas administrativas	19	(1.680.235)	(1.454.288)	(2.202.100)	(1.527.309)
Despesas tributárias	19	(6.005)	(2.777)	(26.917)	(31.619)
Resultado de equivalência patrimonial		6.902.965	3.754.485	-	-
Outras receitas e despesas líquidas		-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL		**5.216.725**	**2.297.420**	**6.026.119**	**4.009.750**
Outras receitas e despesas não operacionais		-	-	1.873.808	25.322
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**-**	**-**	**1.873.808**	**25.322**
Receitas financeiras		966	63	96.886	37.821
Despesas financeiras		(5.473)	(5.071)	(966.406)	(884.267)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	20	**(4.507)**	**(5.008)**	**(869.520)**	**(846.447)**
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**5.212.218**	**2.292.412**	**7.030.407**	**3.188.625**
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	(1.818.189)	(896.213)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**5.212.218**	**2.292.412**	**5.212.218**	**2.292.412**
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		**-**	**-**	**-**	**-**
RESULTADO DOS CONTROLADORES		**5.212.218**	**2.292.412**	**5.212.218**	**2.292.412**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em R$)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Resultado do exercício	**5.212.218**	**2.292.412**	**5.212.218**	**2.292.412**
Resultado abrangente	-	-	-	-
Resultado abrangente	**5.212.218**	**2.292.412**	**5.212.218**	**2.292.412**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em R$)

Composição	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 reapresentado	**48.952.676**	**3.496.216**	**-**	**52.448.892**
Resultado do exercício	-	-	4.836.092	4.836.092
Ajustes reflexo resultado	-	292.966	-	292.966
Constituição de reservas de lucros	-	4.836.092	(4.836.092)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**48.952.676**	**8.625.274**	**-**	**57.577.950**
Resultado do exercício	-	-	2.292.412	2.292.412
Ajustes reflexo resultado	-	131.078	-	131.078
Constituição de reservas de lucros	-	2.292.412	(2.292.412)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**48.952.676**	**11.048.764**	**-**	**60.001.440**
Resultado do exercício	-	-	5.212.218	5.212.218
Ajustes reflexo resultado	-	(331)	-	(331)
Constituição de reservas de lucros	-	5.212.218	(5.212.218)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**48.952.676**	**16.260.651**	**-**	**65.213.327**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em R$)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado Líquido	5.212.218	2.292.412	5.212.218	2.292.412
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.902.965)	(3.754.485)	-	-
Juros sobre empréstimos	-	-	901.365	705.986
Reflexo resultado	(331)	131.078	(331)	131.078
Depreciação e amortização	21.857	21.522	1.380.794	1.410.431
	(1.669.221)	**(1.309.473)**	**7.494.046**	**4.539.907**
VARIAÇÕES NOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Aumento (redução) no contas a receber	-	-	(159.008)	352.806
Aumento (redução) em partes relacionadas	413.486	104.305	2.674.421	10.973.739
Aumento (redução) em adiantamentos concedidos	(1.578)	5.572	(18.893)	(35.759)
Aumento (redução) em tributos a recuperar	(2)	289	4.030	(6.836)
Aumento (redução) em outros ativos	(2)	40.615	(6.095)	9.342
VARIAÇÕES NOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Aumento (redução) em fornecedores	(5.623)	200	(57.498)	(297.502)
Aumento (redução) em partes relacionadas	(96.910)	48.000	(670)	(13.736.365)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	2.443	868	64.419	(62.085)
Aumento (redução) em obrigações sociais	(3.213)	29.132	(3.213)	29.133
Aumento (redução) em outras exigibilidades	7.417	(2.396)	(633.724)	3.130.045
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ GERADO ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(1.353.203)**	**(1.082.888)**	**9.357.815**	**4.896.425**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Investimentos em controladas	2.314.000	2.348.922	-	-
Adiantamento p/ futuro Aumento de capital - AFAC	(973.200)	(1.062.200)	(973.200)	(1.062.200)
Imobilizado e intangível	(14.707)	(3.660)	323.042	(2.353.879)
Imobilizado proveniente da aquisição de controladas	-	-	(1.384.666)	(1.412.585)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ GERADO ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**1.326.093**	**1.283.062**	**(2.034.824)**	**(4.828.664)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(1.696.167)	3.731.567
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	5.158.410
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(2.455.841)	(8.503.354)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ GERADO ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**	**(4.152.008)**	**386.623**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS	**(27.110)**	**200.174**	**3.170.982**	**454.384**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	285.098	84.924	2.071.945	1.617.561
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	257.989	285.098	5.242.928	2.071.945
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(27.110)**	**200.174**	**3.170.983**	**454.384**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRZ Energia Participações S.A. ("Controladora"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 22 de novembro de 2016, com sede no município de Belo Horizonte/MG, tendo como objeto social a participação em sociedades empresárias direta ou indiretamente relacionadas ao setor elétrico. Consequentemente estuda, planeja, projeta, constrói e opera sistemas de produção e transmissão de energia elétrica, por meio de Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH's) e/ou projetos de geração de energia renovável ("Controladas").

As Controladas em operação comercial, classificadas na categoria de CGH's, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas comunicar ao poder concedente, conforme Lei 9.074 de julho de 1995 e alterações.

O quadro de Controladas em 31 de dezembro de 2021, pode ser assim demonstrado:

Controlada	Mercado de atuação	Percentual Participação	Percentual Participação Não Controladores
Alegre Energia S.A.	Geração Distribuída	100%	
Bom Jesus Energia S.A.	Mercado Livre	100%	
Divino Energia Ltda.	Geração Distribuída	100%	
Embaúba Energia S.A.	-	100%	
Faria Lemos Energia S.A.	Geração Distribuída	100%	
Paquequer Energia Ltda.	-	37,51%	62,49%
Ponte Queimada Energia S.A.	Geração Distribuída	100%	
Pratápolis Energia S.A.	Geração Distribuída	100%	
Santa Bárbara Energia S.A.	Mercado Livre	100%	
Santana Energia S.A.	-	100%	
Três Estados Energia S.A.	-	100%	

Fatos Relevantes

Covid-19

A administração da Companhia vem acompanhando atentamente as notícias acerca do vírus Covid-19, assim como as reações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global. A Administração entende que, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócio e a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Nesse contexto global, o exercício de 2021 foi desafiador, consequentemente, no curso normal de nossos negócios, buscamos nos manter competitivos, chamamos atenção para alguns fatos relevantes que impactaram as operações da BRZ e das Usinas no exercício de 2021.

Apropriação de custos extraordinários

Com a ocorrência de cheias excepcionais do Rio Carangola em 19 de fevereiro de 2021, que ocasionou as inundações das plantas geradoras CGH Divino e CGH Faria Lemos. Em virtude das inundações, custos extraordinários foram necessários, como:

A CGH Faria Lemos permaneceu 22 meses em fase de adequação do ativo e de recuperação e reparo das avarias causadas pela inundação total da casa de força. O seguro foi acionado e foram recebidas indenizações a título de danos materiais e lucros cessantes realizadas pela Seguradora Sompo, de acordo com a apólice emitida no tocante à recuperação e reparo das avarias.

O prazo de recuperação da CGH Faria Lemos em consequência da inundação de 2021 foi maior que o prazo de recuperação realizado em 2020, pois a Controladora custeou a reavaliação técnica dos projetos originais de quando da implantação do ativo e as intervenções técnicas objetivas nas instalações da casa de força para que o impacto de inundações fosse eliminado.

Na ocorrência do sinistro em 2021 da CGH Divino foram recebidas indenizações de danos materiais e lucros cessantes, considerando as condições da apólice emitida pela seguradora Sompo. A operação comercial da CGH e consequente apropriação da depreciação de seu ativo retornou a partir de maio de 2021.

A Controladora, assim como ocorreu para a CGH Faria Lemos, estudou e custeou a reavaliação técnica dos projetos originais da CGH Divino quando da implantação do ativo e as intervenções técnicas objetivas nas instalações da casa de força da CGH para que o impacto de inundações fosse eliminado.

Consultoria jurídica para acompanhamento, avaliação e definição conjunta das estratégias dos processos inerentes aos sinistros das CGH'S Divino e Faria Lemos, junto a seguradora SOMPO e honorários jurídicos para defesa em processo cível devido interrupção do fornecimento de energia sem contrato da CGH Santa Bárbara.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras são elaboradas tendo como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A contratação da auditoria independente das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi aprovada pela Administração em 08 de janeiro de 2025.

a) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração exerça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As estimativas constantes nestas demonstrações podem resultar em valores diferentes nos saldos das rubricas capital social, adiantamento para futuro aumento de capital, investimentos, resultado de equivalência patrimonial e do patrimônio líquido. A Controladora revisa anualmente essas estimativas contábeis seguindo os eventos societários e jurídicos subsequentes.

b) Continuidade

A Administração considera que a Controladora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no que diz respeito à geração de caixa produzida pelas atividades operacionais das Controladas. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras realizadas possuem características de conversibilidade imediata, sem restrição de uso, em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c.1) Caixa e bancos

Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista com risco muito baixo de mudança de valor. Os itens de caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação.

c.2) Aplicações financeiras

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos, deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

d) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados nas Controladas como parte dos investimentos das imobilizações em andamento para a constituição de um novo ativo de geração de energia ou melhorias no ativo já existente. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido, na operação das Controladas. Quando se tratar de melhorias de imobilizado, a depreciação inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos ativos imobilizados anteriormente. Para novos ativos, quando da sua entrada em operação comercial, a depreciação passa a ser apropriada.

As Controladas utilizam o método e as taxas de depreciação para os itens ligados à operação de geração de energia elétrica, conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor "Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL".

Para o imobilizado da Controladora, emprega-se o método de depreciação linear definido com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo e na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos e a análise de eventual redução ao valor recuperável dos ativos das Controladas não foi revisada.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são valores a pagar pela compra de materiais e/ou serviços. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

f) Reconhecimento das receitas

A receita operacional é advinda das atividades das Controladas em operação comercial e apurada em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, mensurada pelo valor justo e apropriada em consonância ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. As receitas oriundas do fornecimento de energia elétrica, via Mercado Livre de Energia, são registradas com base nos contratos de compra e venda de energia, de acordo com o preço vigente no Mercado de Curto Prazo (Preço de Liquidação das Diferenças –

CONTINUA ⇨

BRZ ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 26.583.246/0001-27 - NIRE 31300116107

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em R$)

"PLD") e formalmente contratado junto às Comercializadoras de Energia no âmbito do Ambiente de Contratação Livre ("ACL") em contratos registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").
As receitas oriundas do mercado de geração distribuída (Sistema de Compensação de Energia Elétrica – "SCEE") são registradas na modalidade de arrendamento mercantil operacional, de acordo com os contratos de arrendamento operacional de ativos e contratos de consórcios.
Os contratos de locação de equipamentos realizados pelas Controladas na qualidade de locadoras, são reconhecidos conforme a NBC TG 06 (R3) – Operações de Locação de Equipamentos, considerando em evidência os itens 81 e 82 da referida norma.

g) Imposto de renda e contribuição social

A Controladora e suas Controladas têm o imposto de renda e a contribuição social provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, adotando a sistemática do Lucro Presumido.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As políticas contábeis das Controladas são aplicadas de maneira uniforme às utilizadas pela Controladora e são consistentes com as do exercício anterior, cujo exercício social coincide com o da Controladora.

3.1) Controladas

As demonstrações financeiras das Controladas são consolidadas a partir da data efetiva do início do controle, até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações das Controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.2) Participação de acionistas não controladores

A participação de não controladores na BRZ Energia Participações S.A. é registrada conforme participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da investida, na data de sua aquisição.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão representados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	3.000	3.000	3.000	3.000
Bancos Conta Movimento				
Banco Itaú S.A.	11	10	121	120
Banco Mercantil do Brasil S.A.	915	46.225	915	46.224
Banco Santander S.A.	-	-	-	16.986
Banco Bradesco S.A.	-	-	40.260	10.642
Banco Votorantim S.A.	-	-	-	1.250
Banco do Brasil S.A.	-	-	1.250	1.100
Banco Cooperativo do Brasil S.A.	-	-	2.000	-
Aplicações Financeiras				
Banco Itaú S.A.	2.263	91.476	238.232	1.834.034
Banco Mercantil do Brasil S.A.	197.938	144.387	197.938	144.388
Banco Santander S.A.	53.862	-	4.758.975	8.432
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	5.769
Banco do Brasil S.A.	-	-	237	-
	257.989	285.098	5.242.928	2.071.945

Compreendem, além de depósitos bancários à vista em contas correntes, aplicações financeiras em renda fixa de perfil conservador, pós fixados, em CDB´s de grandes bancos com remuneração vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito.

5. CONTAS A RECEBER

Os saldos de contas a receber consolidados estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Faturado	-	-	992.508	489.409
Clientes a Faturar	-	-	1.200.018	1.246.204
Mercado de Curto Prazo	-	-	82.983	380.888
	-	-	2.275.509	2.116.501

Contas a receber são registradas de acordo com o método de competência, mantidas na conta de Clientes a Faturar, geralmente, até o mês subsequente, quando ocorre seu faturamento pelo valor igual ou superior que o reconhecido no mês de apropriação.

6. PARTES RELACIONADAS - CIRCULANTE

Os saldos de partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante				
Conta Corrente - Acionistas	89	89	10.496	14.881
Conta Corrente - Controladas	250.937	664.423	-	-
	251.026	664.512	10.496	14.881
Passivo Circulante				
Conta Corrente - Controladas	3.512.990	3.609.900	-	-
	3.512.990	3.609.900	-	-

As contas-correntes são criadas quando a Controladora disponibiliza recursos financeiros e/ou constitui crédito líquido e certo em face de suas Controladas, podendo existir apenas uma conta corrente entre a Controladora e cada uma das sociedades Controladas. Todas as operações realizadas nas contas correntes são registradas na contabilidade da Controladora e das Controladas, a fim de que sejam quantificadas, conciliadas e compensadas, até o limite possível, dos créditos de cada uma.
As remessas recíprocas de valores não possuem data definida de vencimento para serem liquidadas pelas companhias, sendo facultada a realização de operações sucessivas e recíprocas de constituição de crédito. Não são cobrados juros ou qualquer tipo de remuneração sobre os créditos de uma companhia em face de outra, nem tampouco incidirá qualquer índice de correção monetária sobre tais créditos.

7. CRÉDITOS E DÉBITOS COM PARTES RELACIONADAS – NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Não Circulante				
Créditos com partes relacionadas - Acionistas	5.110.725	5.110.725	2.492.029	5.162.066
	5.110.725	5.110.725	2.492.029	5.162.066
Passivo Não Circulante				
Débitos com partes relacionadas - Acionistas	2.669.367	2.669.367	-	670
	2.669.367	2.669.367	-	670

8. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos está discriminada conforme a seguir:

Nome do Investimento	Tipo de Investimento	Percentual de Participação Controladora	Percentual de Participação Não Controladores
Alegre Energia S.A.	Controlada	100%	-
Bom Jesus Energia S.A.	Controlada	100%	-
Divino Energia Ltda.	Controlada	100%	-
Embaúba Energia S.A.	Controlada	100%	-
Faria Lemos Energia S.A.	Controlada	100%	-
Paquequer Energia Ltda.	Controlada	37,51%	62,49%
Ponte Queimada Energia S.A.	Controlada	100%	-
Pratápolis Energia S.A.	Controlada	100%	-
Santa Bárbara Energia S.A.	Controlada	100%	-
Santana Energia S.A.	Controlada	100%	-
Três Estados Energia S.A.	Controlada	100%	-

Movimentação dos Investimentos

Nome do Investimento	Saldo em 31/12/2020	Resultado da Equivalência Patrimonial	Dividendos Distribuídos	Saldo em 31/12/2021
Alegre Energia S.A.	6.807.057	1.369.041	(442.000)	7.734.098
Bom Jesus Energia S.A.	5.626.101	697.769	-	6.323.870
Divino Energia Ltda.	7.901.589	1.289.865	(437.000)	8.754.454
Embaúba Energia S.A.	1.877.126	-	-	1.877.126
Faria Lemos Energia S.A.	9.274.260	1.577.484	(155.000)	10.696.744
Paquequer Energia Ltda.	156.000	-	-	156.000
Ponte Queimada Energia S.A.	7.656.978	1.968.052	(1.012.000)	8.613.030
Pratápolis Energia S.A.	6.956.475	(244.632)	-	6.711.843
Santa Bárbara Energia S.A.	6.596.812	327.908	(268.000)	6.656.720
Santana Energia S.A.	5.613.527	(82.521)	-	5.531.006
Três Estados Energia S.A.	915.212	-	-	915.212
	59.381.137	6.902.965	(2.314.000)	63.970.103

No exercício de 2021 registrou-se o resultado da equivalência patrimonial correspondente a R$ 6.902.965 (R$ 3.754.485 em 2020), bem como os valores distribuídos de dividendos à Controladora no valor de R$ 2.314.000 (R$ 2.480.000 em 2020).

9. PROJETOS EM ANDAMENTO

A composição dos projetos em andamento é demonstrada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Projeto Térmica São Judas - Estudo de viabilidade	164.139	164.139	164.139	164.139
CGH Paquequer Energia Ltda. - Estudo de viabilidade	202.353	202.353	202.353	202.353
	366.492	366.492	366.492	366.492

Os investimentos classificados em projetos em andamento referem-se aos estudos iniciais realizados pela Controladora para analisar a viabilidade técnica-econômica-financeira de projetos. Tais estudos quando favoráveis às estratégias da Controladora, são apresentados ao seu Conselho de Administração para decisão de futuros investimentos.

10. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Não Circulante				
Bom Jesus Energia S.A.	1.066.900	1.066.900	1.066.900	1.066.900
Embaúba Energia S.A.	151.300	117.800	151.300	117.800
Paquequer Energia Ltda.	8.000	6.000	8.000	6.000
Pratápolis Energia S.A.	4.011.156	4.011.156	4.011.156	4.011.156
Santana Energia S.A.	2.388.045	1.452.345	2.388.045	1.452.345
Três Estados Energia S.A.	32.600	30.600	32.600	30.600
	7.658.001	6.684.801	7.658.001	6.684.801

Os recursos adiantados pela Controladora são irreversíveis e destinam-se exclusivamente ao aumento de capital de suas Controladas.

11. IMOBILIZADO

11.1 Movimentação do exercício 2021

Controladora

Imobilizado	Terrenos	Equipamentos de Computação	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	29.191	2.880	77.749	109.820
Aquisições do período	-	2.874	-	-	2.874
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	32.065	2.880	77.749	112.694

Depreciação acumulada	Terrenos	Equipamentos de Computação	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(19.802)	(1.006)	(28.646)	(49.454)
Depreciação anual	-	(5.837)	(287)	(7.773)	(13.897)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(25.639)	(1.293)	(36.419)	(63.351)
Líquido em 31 de dezembro de 2021	-	6.426	1.587	41.330	49.343

Consolidado

Imobilizado Usinas	Terrenos	Equipamentos de Computação	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.259.516	29.191	26.012.069	84.351	13.750.436	23.712.151	16.994.100	81.841.814
Aquisições do período	-	2.875	246.314	-	342.354	468.034	3.130.900	4.190.477
Bens em Comodato	-	-	(2.750)	-	-	-	-	(2.750)
Baixas	-	-	(227.479)	(1.420)	(366.424)	(230.686)	(2.880.636)	(3.706.645)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.259.516	32.066	26.028.154	82.931	13.726.366	23.949.499	17.244.364	82.322.896

Depreciação acumulada	Terrenos	Equipamentos de Computação	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(19.802)	(4.169.954)	(30.020)	(1.882.537)	(2.748.829)	-	(8.851.142)
Depreciação anual (-)	-	(5.837)	(674.575)	(8.074)	(208.811)	(475.536)	-	(1.372.833)
Baixa (+)	-	-	475.533	228	58.289	34.659	-	568.709
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(25.639)	(4.368.996)	(37.866)	(2.033.059)	(3.189.706)	-	(9.655.266)
Líquido em 31 de dezembro de 2021	1.259.516	6.427	21.659.158	45.065	11.693.307	20.759.793	17.244.364	72.667.630

12. INTANGÍVEL

Controladora

Intangível	Softwares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	39.806	39.806
Aquisições do período	11.833	11.833
Saldo em 31 de dezembro de 2021	51.639	51.639
Amortização acumulada	Softwares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(16.281)	(16.281)
Amortização anual	(7.961)	(7.961)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(24.242)	(24.242)
Líquido em 31 de dezembro de 2021	27.397	27.397

Consolidado

Intangível	Softwares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	39.806	39.806
Aquisições do período	11.833	11.833
Saldo em 31 de dezembro de 2021	51.639	51.639
Amortização acumulada	Softwares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(16.281)	(16.281)
Amortização anual	(7.961)	(7.961)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(24.242)	(24.242)
Líquido em 31 de dezembro de 2021	27.397	27.397

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Consolidado

EMPRÉSTIMOS e FINANCIAMENTOS	Saldo 31/12/2021	Saldo 31/12/2020
Saldo anterior	9.123.864	11.762.823
Captações	-	5.158.410
Pagamento Principal	(1.554.477)	(7.679.980)
Juros transferidos para imobilizado	707.247	536.661
Juros	901.365	705.986
Pagamento de juros	(1.608.612)	(1.242.647)
Saldo final	7.569.387	9.123.864
Circulante	349.727	601.923
Não Circulante	7.219.660	8.521.941

Consolidado

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Saldo 31/12/2020	Captação	Amortização	Juros	Saldo 31/12/2021
Terceiros					
Alegre Energia S.A.	245.437	-	245.437	23.113	-
Faria Lemos Energia S.A.	706.213	-	356.486	56.040	349.727
Pratápolis Energia S.A.	5.061.000	-	718.500	822.212	4.342.500
Santana Energia S.A.	3.111.214	-	234.054	707.247	2.877.160
Saldo em 31/12/2020	9.123.864	-	1.554.477	1.608.612	7.569.387

Em janeiro de 2021 findou o contrato Finame da CGH Alegre, junto ao Banco Santander e em março de 2021 encerrou o período de carência do contrato de refinanciamento da Pratápolis junto ao BDMG.
Em setembro de 2021 finalizou o contrato de financiamento modalidade Automático da CGH Alegre, contratado junto ao banco Santander e a partir de julho de 2021 iniciou a amortização do financiamento contratado junto ao BDMG (modalidades Automático e Finame) da CGH Santana.
Em novembro de 2020 foram encerrados os contratos de financiamentos da CGH Bom Jesus, Ponte Queimada e Santa Bárbara e em dezembro de 2020 findou o contrato de financiamento da CGH Divino, todos liquidados junto ao Banco Itaú S.A.
A CGH Pratápolis celebrou contrato de financiamento em dezembro de 2019, junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG para implantação da 2ª etapa das Obras de sua Linha de Transmissão, modalidade BDMG Sustentabilidade, com prazo de 72 meses, taxa de juros de 4,30% a.a. e 12 meses de carência com cobrança de juros trimestrais neste período. Ao término do exercício de 2019 foi aprovada também junto ao BDMG, linha de crédito denominada BNDES Automático Pro-CDD, destinada ao refinanciamento do saldo devedor do financiamento utilizado na implantação da CGH. As liquidações antecipadas ocorreram em fevereiro e maio de 2020, através da referida linha de crédito que possui taxa de juros de 4,75% a.a. acrescidos de Fator TLP de 1,79%, com prazo de 72 meses e 12 meses de carência.
Os desembolsos do financiamento para implantação da CGH Santana ocorreram a partir de junho de 2019 até maio de 2020, operações realizadas junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, modalidades BNDES Automático e Finame, com taxa de juros de 5,48% a.a. acrescidos de Fator TLP de 2,67%, com prazo de 96 meses e 24 meses de carência, com cobrança de juros trimestrais neste período.

14. FORNECEDORES

Os fornecedores nacionais estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores Nacionais	2.415	8.038	742.210	799.708
	2.415	8.038	742.210	799.708

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
COFINS a recolher	-	-	26.462	33.249
CSLL a recolher	27	7	86.474	82.113
ISSQN a recolher	-	447	385	1.781
IRPJ a recolher	32	4.160	199.318	194.184
PIS a recolher	-	-	5.733	7.204
Tributos federais diferidos	-	-	247.214	181.586
Tributos retidos na fonte	7.096	98	87.865	88.915
	7.155	4.712	653.451	589.032

Com base na data de apropriação das receitas, seus tributos incidentes são provisionados no diferido, sendo recolhidos quando do recebimento (regime de caixa) para todas as Controladas em operação comercial. Quanto à base de cálculo presumida para incidência dos tributos federais, aplica-se o percentual conforme a receita de cada atividade e mercado de atuação das Controladas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital Social

Os saldos constantes no capital social em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados da seguinte forma:

	Controladora			
	Capital Social 31/12/2021	Percentual Participação 31/12/2021	Capital Social 31/12/2020	Percentual Participação 31/12/2020
Ágape Participações Ltda.	9.984.592	20,40%	9.984.592	20,40%
Barros e Associados Consult. Part.Ltda.	67.021	0,14%	67.021	0,14%
Fração Investimentos Ltda.	10.646.134	21,75%	10.646.134	21,75%
Horizontes Investimentos e Part. Ltda.	741.618	1,51%	741.618	1,51%
J2L Participações Ltda.	4.782.903	9,77%	4.782.903	9,77%
João Batista de Oliveira Filho	10.711.025	21,88%	10.711.025	21,88%
João Carlos de Magalhães Lanza	9.938.668	20,30%	9.938.668	20,30%
Conceitual Participações Ltda.	2.080.715	4,25%	2.080.715	4,25%
	48.952.676	100,00%	48.952.676	100,00%

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 permanece no valor de R$ 48.952.676,00, sendo formado por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

16.2 Reserva de Lucros

As reservas de lucros em 2021 estão detalhadas conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Patrimônio Líquido	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	48.952.676	48.952.676	48.952.676	48.952.676
Reserva de lucros	16.260.651	11.048.764	16.260.651	11.048.764
	65.213.327	60.001.440	65.213.327	60.001.440
Participação de não controladores	-	-	259.865	259.865

As reservas de lucros em 31 de dezembro de 2021 representam o resultado acumulado não distribuído, antes da constituição de reserva legal. O estatuto possibilita aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25%, na proporção de suas ações, após absorvido os prejuízos acumulados e constituição de reserva legal.
A participação de não controladores corresponde ao percentual do Patrimônio Líquido da Controlada Paquequer pertencente à sócia Conceitual Participações Ltda.

16.3 Reserva Legal

A reserva legal em 31 de dezembro de 2021 está discriminada conforme a seguir:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	5.212.218	2.292.412
Reserva legal	(260.611)	(114.621)
	4.951.607	2.177.791

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido, conforme previsto no Estatuto da BRZ Energia Participações S.A. limitada a 20% do capital social.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita de operações - Geração Distribuída	-	-	11.224.968	9.078.385
Receita de Operações - Mercado Livre	-	-	2.412.670	2.012.774
Receita Operacional Bruta	-	-	13.637.638	11.091.159
Desconto Incondicional	-	-	(388.035)	(408.141)
Tributos sobre a receita	-	-	(493.826)	(400.179)
Receita Operacional líquida	-	-	12.755.777	10.282.839

A receita operacional líquida consolidada foi obtida das operações de cinco CGH´s atuantes no mercado de Geração Distribuída, e advinda das operações de duas CGH´s que comercializaram energia no Mercado Livre.
Os tributos apropriados sobre a receita operacional bruta foram: Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

18. CUSTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Compra de energia elétrica para revenda	-	-	-	(435.233)
Custos de operações e manutenção CGH	-	-	(2.096.721)	(1.837.253)
Depreciação ativo CGH	-	-	(1.358.936)	(1.416.406)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.044.984)	(1.025.270)
	-	-	(4.500.641)	(4.714.162)

Os custos operacionais das Controladas estão demonstrados nas rubricas acima.

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

As despesas administrativas e tributárias estão discriminadas conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(571.552)	(584.436)	(571.552)	(584.436)
Despesas com serviços de terceiros	(836.874)	(643.381)	(1.162.026)	(643.381)
Despesas gerais	(249.347)	(204.949)	(251.698)	(153.753)
Despesa com depreciação e amortização	(21.859)	(21.522)	(21.859)	(21.522)
Despesa com seguros	(603)	-	(194.965)	(124.217)
Despesas tributárias	(6.005)	(2.777)	(26.917)	(31.619)
	(1.686.240)	(1.457.065)	(2.229.017)	(1.558.928)

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro apurado está detalhado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	765	83	96.665	25.686
Descontos obtidos	201	-	201	11.942
(-) Impostos sobre receita financeira	-	-	-	(20)
Outras receitas financeiras	-	(20)	20	213
	966	63	96.886	37.821
Despesas Financeiras				
Despesas bancárias	(5.189)	(5.011)	(27.791)	(71.868)
Descontos concedidos	-	-	(1.978)	-
Juros passivos	(38)	(48)	(918.907)	(714.818)
IOF, comissões e taxas	(246)	(13)	(13.817)	(97.581)
Outras despesas financeiras	-	-	(3.913)	-
	(5.473)	(5.071)	(966.406)	(884.267)
Resultado financeiro líquido	(4.507)	(5.008)	(869.520)	(846.447)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Controladora e suas Controladas efetuam a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social com base no regime de Lucro Presumido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	(1.340.427)	(622.603)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	(477.762)	(273.611)
	-	-	(1.818.189)	(896.213)

22. CONTINGÊNCIAS

O Grupo BRZ está envolvido em ações judiciais, processos administrativos perante tribunais surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, possuem expectativa de perda classificada como possível nos montantes aproximados de R$ 3.009.518,83, envolvendo as controladas SANTA BÁRBARA ENERGIA S.A. e FARIA LEMOS ENERGIA S.A. Nenhuma provisão foi constituída para, se necessário, fazer face ao eventual desfecho desfavorável dos mesmos, tendo em vista a possibilidade de reversão das decisões judiciais proferidas que são objeto de recursos nas instâncias competentes, no entanto a situação financeira do Grupo BRZ, constatada no exercício de 2024, possui recursos financeiros suficientes para fazer face a este eventual pagamento sem comprometer a continuidade de suas operações e negócios.

23. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Empresa e suas controladas possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.
No exercício de 2021, a apropriação dos custos com seguro patrimonial teve aumento de aproximadamente 57% quando comparado com 2020. O acréscimo de custo do prêmio do seguro patrimonial está relacionado com a ocorrência das cheias do Rio Carangola em fevereiro de 2021 que ocasionou as inundações das plantas geradoras CGH Divino e CGH Faria Lemos.
Ainda no exercício de 2021 ocorreu o recebimento de indenização de danos materiais e lucros cessantes da CGH Faria Lemos no valor de R$ 1.353.713,28 recebimento total de indenização de seguro patrimonial referente danos materiais da CGH Divino no valor de R$ 255.287,85.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Considerando que foram identificados vícios ocultos nos projetos originais de implantação das CGH's Faria Lemos e Divino, razão das referidas inundações, foram ajuizadas ações de indenização por perdas e danos, em desfavor dos responsáveis técnicos pelos projetos e pela construção das CGH's. A ação judicial da Faria Lemos foi distribuída em 20 de julho de 2022 e da Divino em 20 de outubro de 2022.
Os estudos para reavaliação técnica dos projetos originais da CGH Santana e consequentes decisões técnicas e administrativas para custeamento de suas intervenções, serão finalizados no ano de 2024.
Em 6 de janeiro de 2022, a Lei nº 14.300 instituiu o marco legal da Geração Distribuída, mercado de atuação de seis Controladas, alterando alguns aspectos relacionados aos micros e minigeradores com a finalidade de conferir maior segurança jurídica e regulatória para os investimentos em energia renovável. Até a publicação da referida Lei, a Geração Distribuída era regulamentada pela Resolução Normativa nº 482 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As principais mudanças conferidas e que refletem nestas Controladas são:
- Incidência e aplicação gradual e escalonada sobre toda a energia elétrica ativa compensada, de percentuais de componentes tarifárias a partir de 06 de janeiro de 2023 para novos projetos. Para as Controladas (CGH's) que já estão operando, haverá a manutenção do regime atual até 31 de dezembro de 2045;
- Redução do prazo aplicável para alteração e/ou realocação dos percentuais de utilização dos créditos de energia pela distribuidora de 60 para 30 dias;
- Comercialização de excedentes de energia elétrica às distribuidoras por meio de chamadas públicas (até o limite de 10% da carga total);
- Possibilidade de adesão à geração compartilhada de condomínio civil voluntário ou qualquer outra forma de associação, bem como a transferência de titularidade da conta das unidades consumidoras para tais instituições.
Em 28 de outubro de 2022 foi proferida Decisão Arbitral referente ao Procedimento Arbitral nº A-322/21, em trâmite perante a Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil, na qual ficou determinada a invalidade das deliberações tomadas na Reunião Prévia, de 21/12/2020, e na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Controladora, de 22/12/2020, tornando-as sem efeitos e restaurando-se a composição do capital social da companhia anterior a tais deliberações. Tais informações podem ser verificadas a seguir:

> De um lado, tendo em vista os fundamentos acima estabelecidos, julga-se PROCEDENTE o pedido de declaração de invalidade das deliberações tomadas na Reunião Prévia da BRZ, de 21/12/2020, e na Assembleia Geral Extraordinária da BRZ, de 22/12/2020, tornando-as sem efeito e restabelecendo-se a composição do capital social da companhia anterior a tais deliberações

Diante disso, a BRZ Energia Participações S.A. apresentou, em 16 de novembro de 2022, Pedido de Esclarecimentos, na qual expôs alguns pontos a serem revistos com relação à sentença arbitral mencionada. No entanto, em 31 de janeiro de 2023, o tribunal arbitral decidiu por rejeitar o pedido. Tal informação pode ser visualizada a seguir:

> Por todo o exposto, o Tribunal Arbitral decide, por unanimidade, **REJEITAR** todos os pedidos da Requerente e dos Requeridos BRZ e II-VIII para suprir os alegados erros da premissa, dúvidas e omissões.

CONTINUA ⇨

BRZ ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 26.583.246/0001-27 - NIRE 31300116107

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em R$)

Nesse sentido, objetivando atender à decisão arbitral, foram realizados os registros contábeis para estornar os efeitos das alterações realizadas em decorrência da AGE de 22/12/2020, sendo reconhecido no ativo os valores de correção monetária, individualmente aos acionistas da BRZ Energia Participações S.A. e em contrapartida registrado o valor integralizado no Capital Social.

Face ao exposto, em Assembleia Geral Extraordinária de 31/05/2023 a Administração foi autorizada a propor ações necessárias em defesa dos interesses da Controladora e suas Controladas.

Conforme Decisão Judicial de 14/08/2024, que trata da ilegalidade da Correção Monetária, a BRZ Energia Participações S.A. por meio do processo nº: 5288791-58.2023.8.13.0024, obteve êxito para realizar o estorno da referida correção monetária. Esse ajuste contábil foi realizado no exercício de 2024. Portanto o balanço a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, irá contemplar o ajuste contábil.

Consequentemente, as Demonstrações Financeiras de 2024 quando elaboradas, serão apresentadas com o estorno definitivo dos valores oriundos de Correção Monetária.

Notícia Crime

A Companhia identificou, por meio de perícias contábeis especializadas contratadas, que foram realizadas práticas e condutas direcionadas para fraudes contábeis e operacionais que levaram a gravíssimos danos patrimoniais, bem como a inflação fraudulenta do capital social da Companhia no período compreendido entre 2011 e 2017.

Com o objetivo de verificar a situação e identificar as condutas praticadas pelos noticiados, foram realizados, em 2023, exames minuciosos de todos os registros e documentos contábeis da Companhia. Os exames foram estruturados em laudos produzidos por um perito contábil independente, contratado pela Companhia. A partir desses documentos, a Companhia obteve evidenciação dos fatos e irregularidades cometidos contra as suas controladas.

Por todo o exposto, em 27 de novembro de 2023, a Companhia, através da Notícia Crime, por meio do processo nº 5290779-17.2023.8.13.0024 impetrou ação de natureza criminal em desfavor de seus administradores e contadores à época dos fatos apurados para que se procedam todas as diligências que forem necessárias, além das que já foram sugeridas, para a apuração dos fatos que foram noticiados.

Diante das graves irregularidades contábeis e operacionais apuradas no âmbito das empresas controladas e relacionadas, a BRZ Energia Participações S.A., na qualidade de companhia controladora, reforça seu compromisso com a transparência, a ética empresarial e a responsabilização dos envolvidos. Desde a identificação das primeiras inconsistências, a Companhia tem adotado uma postura proativa, tendo contratado auditoria independente, realizado análises minuciosas por meio de perícia contábil especializada e apresentando a presente Notícia-Crime às autoridades competentes.

Alexandre Soares dos Santos
Diretor

Rômulo Alvarenga
Diretor

José Xavier Cunha
Contador CRC/MG:020.731/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Srs.
Acionistas e Diretores da
BRZ ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
Belo Horizonte - MG

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRZ ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Controladora" e/ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora pois, devido à relevância dos assuntos descritos na Seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

a) Em razão das deficiências de controles dos ativos que compõem a rubrica "Imobilizado" das empresas Controladas, que afetam a existência e a totalidade dos saldos da referida rubrica em 31 de dezembro de 2021, e seus reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo naquela data, não nos foi possível opinar sobre o seu saldo. Adicionalmente, a Controladora e Controladas não procederam à análise da recuperabilidade dos ativos, conforme requerido pela Seção 27 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME). Consequentemente, não nos foi praticável mensurar os eventuais ajustes necessários no ativo imobilizado, no resultado do exercício e no patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2021.

b) A Administração adotou o método de correção monetária do Capital Social, que teve por consequência a geração de ágio sobre os Investimentos e o próprio aumento do Capital Social. O método de correção monetária não está em conformidade com as práticas contábeis e com a Lei nº 9.249/95, especificamente, em relação à remuneração do capital aportado. A rubrica "Correção Monetária de Capital" monta em R$3.863.777 em 31 de dezembro de 2021, tendo como contrapartida, no ativo a rubrica partes relacionadas – acionistas na Controladora. Consequentemente, não foi praticável mensurar os eventuais ajustes necessários no capital social e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021.

c) Conforme reportado no relatório do auditor antecessor, datado em 05.04.2024 a Controladora possui registrado em suas demonstrações financeiras, saldos a débitos e créditos com partes relacionadas reconhecidos pela Administração no balanço patrimonial, que necessitam ser comprovados por seus acionistas, que montam em R$1.247.036 e R$10.928.070 na Controladora e Consolidado, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa nº: 2. c.3. Para esses montantes, não obtivemos evidências que comprovem as transações e aportes dos recursos nas modalidades de integralização de capital, aumento de capital e de adiantamento para futuro aumento de capital, quando da formação do patrimônio líquido das suas Controladas, decorrentes das operações societárias ocorridas em exercícios anteriores. Adicionalmente, não recebemos, até a conclusão de nossos trabalhos, a documentação comprobatória para fundamentar os procedimentos substantivos de auditoria, contendo o detalhamento e evidência para a rubrica "Conta Corrente Credora Acionista" que monta em R$1.422.331 registrada no passivo da Controladora. Consequentemente, não nos foi possível mensurar os eventuais ajustes necessários desses montantes e em suas respectivas contrapartidas originais históricas nas rubricas de caixa, imobilizado e adiantamento para futuro aumento de capital, partes relacionadas nas Controladas, e seus efeitos reflexos nas rubricas de investimentos, resultado de equivalência patrimonial e no patrimônio líquido da Controladora, em 31 de dezembro de 2021.

d) O período compreendido entre as datas base das demonstrações financeiras e a do relatório dos auditores, é denominado período subsequente que deve ser considerado como parte da auditoria. Sendo assim, o auditor deve planejar e executar procedimentos para obter evidência de auditoria suficiente e apropriada, de forma que os efeitos sobre os eventos ocorridos nesse período não requeiram ajustes nas demonstrações financeiras e suas correspondentes notas explicativas. Adicionalmente, considerando que o período subsequente é longo, não nos foi praticável a realização de tais procedimentos para o período de 1º de janeiro de 2022 a 07 de março de 2025. Consequentemente, não nos foi possível obter evidências de auditoria suficientes, em relação a transações e eventos ocorridos no referido período subsequente.

Ênfase

Correção Monetária

Conforme nota explicativa nº 24 – Eventos Subsequentes, em 06 de dezembro de 2024 tomamos conhecimento da Decisão Judicial de 14/08/2024, que trata da ilegalidade da Correção Monetária do Capital Social. A BRZ Energia Participações S.A., no processo nº: 5288791-58.2023.8.13.0024, obteve êxito para efetuar o estorno da referida correção monetária. Esse ajuste contábil foi realizado no exercício de 2024, portanto as demonstrações financeiras a se encerrarem em 31 de dezembro do mesmo exercício, quando elaboradas, serão apresentadas com o estorno definitivo dos valores oriundos da referida Correção Monetária.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – PME´s (NBC TG 1000 R1 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Controladora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Controladora e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Controladora e suas Controladas são aqueles com responsabilidade de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para Abstenção de Opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Controladora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Belo Horizonte, 24 de março de 2025.

Mattoso Auditores Independentes & Associados Ltda.
CRCMG Nº 002.684/O

Mattoso Auditores Independentes & Associados

Fernando Antonio Lopes Matoso
Contador CRCMG 11.628/O-3

ASSINADO POR
sDoc
S/A ESTADO DE MINAS
CNPJ 17247933000180
ACT-Safeweb 14/04/2025 00:07:21
ICP Brasil

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 14/04/2025

ICP Brasil

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal Estado de Minas.** Acesse também através do link:
https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2025/04/BALANCO-EM-BRZ-ENERGIA-PARTICIPACOES-S.A.-2021-14-04-2025.pdf